

## Aproximações sobre a segregação socioespacial a partir da pesquisa-ação em Londrina/PR

### Approaches on socio-spatial segregation based on action research in Londrina/PR, Brazil

Elisa Roberta Zanon \* 

Eliane Barbosa Santos Pagani \*\* 

Sandra Maria Almeida Cordeiro \*\*\* 

#### Resumo

O artigo apresenta resultados parciais de pesquisa realizada com moradores do conjunto Nossa Senhora da Paz, em Londrina/PR. Tem como objetivo analisar o sentimento de pertencimento ao território, bem como de segregação socioespacial que possa perdurar entre os sujeitos. Foram utilizadas pesquisa bibliográfica e documental, assim como levantamento cartográfico e estatístico buscando descrever e contextualizar o território. A pesquisa-ação utilizada como metodologia busca desenvolver uma práxis territorial comprometida com a transformação social, em que os sujeitos do processo tenham como resultado trocas de conhecimentos e saberes. Os primeiros resultados apontam que mesmo após décadas do início da ocupação, os moradores ainda se sentem segregados em razão de a localidade não ser atendida minimamente por serviços básicos, o que mostra a privação de acesso aos direitos à cidade; e o estigma que carregam pela popularidade do nome “favela da Bratac”, o que gera dificuldades na procura por postos de trabalho.

**Palavras-chave:** segregação socioespacial; pesquisa-ação; Londrina.

---

\* Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo IAU-USP, Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, SP, Brasil (*in memorian*)

\*\* Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Serviço Social e Política Social, Pós-graduação em Serviço Social, Londrina, PR, Brasil. E-mail: [elianebpagani@gmail.com](mailto:elianebpagani@gmail.com);

\*\*\* Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Serviço Social e Política Social, Pós-graduação em Serviço Social, Londrina, PR, Brasil. E-mail: [sandracordeiro@uel.br](mailto:sandracordeiro@uel.br)

## Abstract

The paper presents partial results of research carried out with residents of the Nossa Senhora da Paz complex, in Londrina/PR/Brazil. It aims to analyze the feeling of belonging to the territory, as well as the socio-spatial segregation that may last among the subjects. Bibliographical and documentary research was used, as well as a cartographic and statistical survey seeking to describe and contextualize the territory. The action research used as a methodology seeks to develop a territorial praxis committed to social transformation, in which the subjects of the process have as a result exchanges of knowledges. Preliminary results indicate that even decades after the beginning of the occupation, residents still feel segregated due to the locality is not minimally served by basic services, which shows the deprivation of access to the rights to the city; moreover, the stigma they carry due to the popularity of the name “favela da Bratac”, which creates difficulties in finding jobs.

**Keywords:** socio-spatial segregation; action research; Londrina.

---

## Introdução

A leitura de uma dada realidade, seja esta urbana, rural ou outra, é uma tarefa que exige um suporte multi e interdisciplinar de diferentes áreas do conhecimento, mas que, antes de tudo, precisa envolver a visão dos sujeitos. Sabe-se que a partir do final do século XIX e, principalmente no século XX, novas abordagens de pesquisa foram experimentadas pelas ciências como formas de construção do conhecimento, o que tem contribuído para diversificar os olhares para temáticas em comum. Neste contexto, a pesquisa e a ação se convergem para a compreensão do mundo real que, a partir de sua problematização, nos permite avançar na reflexão e na transformação social. O estudo de Cichoski (2021, p. 66), baseado nas contribuições do sociólogo colombiano Fals Borda (1925-2008), traz que o conhecimento construído a partir de uma metodologia participativa envolve as “relações sujeito-sujeito, os processos históricos, as condições geográficas, a consciência política, a luta de classes, os problemas emergenciais, os sonhos, enfim, o ser humano na sua potencialidade”.

Dessa forma, acreditamos em uma práxis territorial em perspectiva contra hegemônica comprometida com a transformação social, em que os sujeitos protagonistas do processo tenham como resultado da participação trocas de conhecimentos e saberes, que possam contribuir para uma relação menos desigual e mais transparente.

Conforme ensina Souza (2006), a práxis, e não o intelecto sozinho e solitário, é convocada para erradicar a reificação do urbano e a fetichização dos problemas urbanos. Para Souza (2006) não basta, pontualmente, afrontar a propriedade privada. É imprescindível fazer isso ao mesmo tempo em que se põe em discussão o conjunto da vida social e a organização espacial da cidade. Para o autor pode propiciar a base para outros avanços, no que tange à consciência de direitos e à organização política. Vale destacar a relevância dessa metodologia em tempos de retrocessos de direitos, limitação de participação e direitos de expressão, desvios de recursos públicos, superfaturamento, irregularidades, etc.

Parafraseando Souza (2006) cabe o questionamento para todos os envolvidos com o estudo, planejamento e gestão de cidades: com o que se vai querer colaborar — com a legitimação e a produção das “prisões” ... ou com a construção das novas “ágoras” e de um mundo que as torne possíveis?

Neste sentido, o artigo apresenta uma investigação empírica que busca compreender se o processo de segregação socioespacial se faz presente para os moradores do Conjunto Nossa Senhora da Paz em Londrina e, por conseguinte, a ocupação informal Colosso, no estado do Paraná, sul do Brasil, mesmo após mais de 60 anos de permanência na localidade.

O trabalho está em desenvolvimento em razão do contato continuado em atividades na localidade e prevê pesquisa de campo com a realização de um grupo focal, baseado na oficina participativa entre pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina e moradores. A abordagem consiste na confrontação de memórias da ocupação que data do final dos anos de 1950 com as percepções atuais, tendo como proposta primeiramente, construir o entendimento das condições sócio históricas, para depois colaborar com o desenvolvimento da consciência de classe, política e social dos moradores quanto ao direito à cidade.

A segregação é um processo que se apresenta como uma das expressões da desigualdade socioespacial, isto é, antes de ocorrer no território se faz presente nas relações sociais, como na divisão social do trabalho que separa mais que tarefas, classifica os ganhos que se efetivam no consumo de produtos, nos custos com a habitação, comércio e serviços. A segregação é polissêmica (SPOSITO, 2011) e permeia uma diversidade de estudos e áreas do conhecimento. É complexa devido às questões que abrange e às

possibilidades de análise que mobiliza. Mesmo sendo um vocabulário relativamente novo no debate urbano (SOUZA, 2021), a segregação foi incorporada pela pesquisa socioespacial devido à concretude das relações sociais expressas no espaço, mediante a construção, modificação ou organização realizada pelo homem, isto é, aquilo que possui materialidade, ou ainda, como Souza (2021, p. 32) aponta como “tangível, palpável”. E, nisso, as ações de disputa, conflitos e poder imprimem significado ao espaço, indo além da ideia de mero receptáculo, representando um produto socioespacial no tempo, no entendimento de Carlos (2007).

A segregação é um fenômeno de múltiplas facetas que agrega camadas de exclusão. Na questão socioeconômica a segregação é produto da classe de renda mais alta, que ao produzir, consumir e valorizar de forma específica, o espaço urbano produz a diferença socioespacial. Todavia, a segregação não se caracteriza apenas pela divisão de classes no espaço urbano, mas é, também, um instrumento de uso e controle desse espaço que se materializa na forma de separação social e territorial.

Já a fragmentação e a hierarquização do espaço se tornam instrumentos políticos que intensificam a segregação socioespacial no urbano, à medida que acentuam as diferenças entre as classes e subordinam a terra como mercadoria. Na cidade capitalista fica fácil identificar territórios com separação das classes sociais e funções no espaço urbano, como fronteiras imaginárias que definem o lugar de cada um na cidade.

O caráter polissêmico do território se configura historicamente, é errôneo reduzir a existência do espaço à forma mercadoria, isto é, a um valor de uso que traz consigo necessariamente a dimensão de valor de troca (MARX, 2013). Entretanto, na sociedade capitalista, ele assume, sob a forma de mercadoria, a dimensão ou configuração antagônica de espaço privado e espaço público. Enquanto espaço privado, ele é, em geral, convertido em mercadoria, portanto, submetido à lei do valor. O território não é um elemento isolado, como destaca Engels (1972), afirmando que “a separação da terra, do capital e do trabalho” é impossível, uma vez que compõem categorias de análise de uma totalidade (ENGELS, 1972, p. 16).

É fundamental para se pensar a formação da ocupação informal Colosso ao lado do Jardim Nossa Senhora da Paz, visto que um complexo de elementos constitui, não apenas a conquista e posse da moradia como, também, o relacionamento de seus moradores com o poder público e a luta pelo acesso a bens de consumo coletivos. O

homem em sua vida cotidiana está inserido dentro de um determinado espaço e tempo, bem como um território, o qual pode ser definido como todo espaço do qual ele extrai a sua sobrevivência.

A separação social no espaço urbano pode ser observada desde a gênese da cidade de Londrina, no norte do estado do Paraná, expondo a desigualdade que decorre da apropriação imobiliária de caráter especulativo que ocasiona expropriação daqueles que carecem de recursos não só econômicos, mas também políticos para se fixar nas áreas melhor servidas, o que leva, geralmente, a população de baixa renda à expulsão para as distantes e desprovidas periferias.

Deste modo, recentemente, a temática da segregação tem sido ressignificada nos estudos urbanos tanto nas questões atuais, quanto na revisão de processos históricos ainda presentes. Sua recorrência como estudo não se deve a modismos, mas à condição de desigualdade crescente em que se encontra parte significativa da população nas cidades.

### **De Favela da Caixa Econômica/ Grilinho para Conjunto Nossa Senhora da Paz**

O desenvolvimento do norte do Paraná foi resultante da implantação de um projeto capitalista de produção agrícola que, incentivando a cultura do café, foi responsável pela migração de um grande contingente de trabalhadores rurais para a região, seja como colonos empregados das grandes fazendas, seja como pequenos proprietários por aquisição de lotes vendidos pela Companhia de Terras do Paraná (CTNP), uma empresa britânica criada em 1925 como subsidiária da matriz *Paraná Plantations Limited* que realizou a fundação de cidades, distritos e empreendimentos imobiliários para o setor agrícola na região. O setentrão paranaense se desenvolveu a partir do Ciclo do Café, e a cidade de Londrina foi criada para ser o centro das atividades comerciais dessa cultura. A população que migrou para Londrina, em busca de melhores condições de vida, enfrentou muita dificuldade para sobreviver numa região ainda inexplorada, onde teve de improvisar condições de moradia, alimentação, meios de cultivo da terra, transporte e escoamento da produção.

Londrina é considerada uma “cidade nova”, fundada em 1929 pela CTNP. Com a emancipação em 1934 e com a crescente atratividade da venda de terras direcionada aos migrantes e imigrantes, tão logo a urbanização precoce em Londrina se fez presente. Uma

cidade que, a princípio, foi projetada para atender 20.000 habitantes, atualmente abriga mais de meio milhão, a sua rápida expansão urbana reflete a forma acelerada e desorganizada de crescimento da cidade, onde as relações econômicas se desenvolveram em detrimento das sociais, gerando ambiente urbano, onde se torna difícil a realização plena das atividades da sua população.

O modelo de ocupação do norte paranaense adotado pela CTNP previa a formação de uma rede de cidades com polos distanciados a cada 100 km que visava formar núcleos econômicos. Atenta à expansão econômica da região, a CTNP preocupou-se com a extensão das vias de comunicação. Entre 1926 e 1928, a CTNP preparou um projeto de construção de ferrovia com o objetivo de ligar a região ao oceano via porto de Santos em São Paulo e porto de Paranaguá no Paraná. Foram planejadas as rodovias, hoje BR-369, para escoamento da produção, além das ramificações laterais. (ARCHELA, 2014).

Em que pese as conquistas econômicas devido aos ganhos com a cafeicultura, é importante mencionar que a construção da cidade também foi realizada pelos “anônimos”, ou melhor, aqueles que não conseguem um lugar legalizado e que encontram guarida nos espaços possíveis. Foi nesta paisagem da exaltação da riqueza que emergiram as primeiras ocupações informais em Londrina, chamadas de favelas naquele momento.

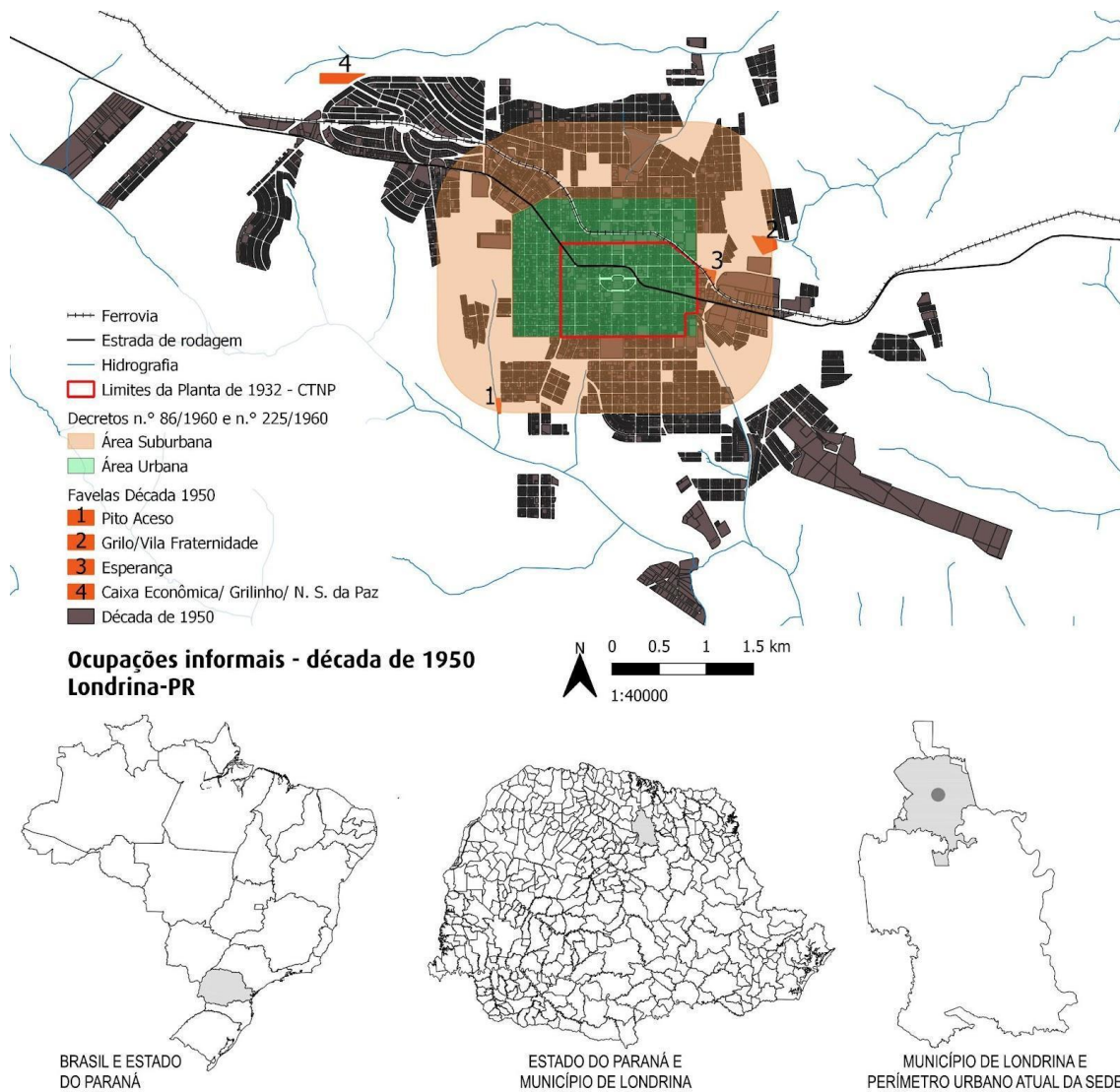
A urbanização nos anos de 1940 conformou-se com a expansão de vilas e bairros de modo periférico ao plano inicial, com a criação de vazios urbanos. Já a entrada nos anos de 1950 trouxe o ensejo da ordenação do espaço para a “ideia de progresso”, marcado pelas primeiras leis municipais que passaram a regulamentar o uso e a ocupação do solo de modo sistemático. Neste período, Londrina era o principal centro exportador do café no país, somado à expansão das culturas cerealistas rotativas e pastagens, além da mão de obra que foi liberada do trabalho rural. Esta conjuntura promoveu um expressivo crescimento econômico e populacional da cidade. Também, a alteração no perfil agrícola da região e a política de governo contribuíram para o êxodo rural e para o modelo de crescimento econômico que fizeram emergir as primeiras ocupações informais: Pito Acesso (1953), Vila do Grilo (1955), Vila Esperança (1958) e Caixa Econômica (1959). Ao longo dos anos de 1950 foi que o município apresentou a maior expansão econômica, populacional e físico-territorial de sua recente história. Nesse contexto, enquanto Londrina ganhava maior dimensão, mais acentuada se tornava a segregação urbana, sujeitando a população a conquistar um lugar na periferia.

De acordo com Fresca (2002), nos anos de 1960 ocorreram fortes impactos aos pequenos produtores rurais que, sucessivamente, foram perdendo suas terras, reforçando a concentração dessas terras, enquanto outros, foram sendo expulsos do campo, já que este, ou fora transformado em pastagens, ou submetido à produção tecnicizada de soja e trigo. Esse fato contribuiu para que gradativamente o trabalhador permanente fosse se transformando em temporário, avançando a proletarização do meio rural, segundo a autora, oriunda do acirramento do confronto das relações entre o capital e trabalho.

Também na década de 1960, mais habitantes passaram a residir na área urbana. A população total do município em 1960 era de 134.821 habitantes, sendo 77.382 habitantes na área urbana, o que representava 57,39% do total. O principal motivo dessa inversão está relacionado com políticas que objetivavam a erradicação da cultura cafeeira em um contexto em que já se iniciava seu respectivo declínio. Segundo Lefebvre (1973, p. 100), “(...) o espaço é cada vez mais o meio e a parada numa estratégia cada vez mais consciente e pífida, que o hierarquiza (...) em zonas mais ou menos favorecidas, destinadas, umas, a um grande futuro (...) urbano e, outras, pelo contrário, voltadas ao declínio”. Nessa década de 1960, outras favelas foram se formando como Cantinho do Céu (Fundo de Vale do Jardim Paulista), a Vila Ricardo (Moinho de Trigo) e a Vila Marísia. Além destas, havia loteamentos realizados de forma precária que configuravam uma paisagem urbana dividida. (COHAB-LD/PLHIS, 2011, p. 50). A Figura 1 mostra a localização das primeiras ocupações informais em Londrina, na década de 1950.

Dentre as primeiras ocupações informais, a Grilinho ou Favela da Caixa Econômica teve início em 1959, localizada nos fundos do Jardim do Sol com acesso pela BR-369 – porção noroeste da cidade, sendo a de maior número de integrantes no período de atuação de desfavelamentos da COHAB-LD. A Figura 2 apresenta uma aerofoto do ano de 1970, em que é possível identificar a ocupação da Caixa Econômica, logo abaixo de uma via expressa.

**Figura 1** - Ocupações informais em Londrina, década de 1950



Fonte: Zanon (2022, p. 6)



**Figura 2** - Favela da Caixa Econômica – aerofoto de 1970, atual Conjunto Habitacional Paranoá II/ Jardim Nossa Senhora da Paz



**Fonte:** Zanon (2022, p. 8)

Ainda, na década de 1960, as moradias informais, principalmente as favelas, passaram a se constituir um elemento de preocupação para a administração pública, dado o valor que os terrenos ocupados adquiriram no mercado imobiliário, diante do crescimento da cidade. Deixando de lado as razões de seu surgimento, que evidenciam as contradições do capitalismo, as favelas passam a ser vistas, então, como *disfunção do sistema*, devendo assim ser erradicadas (IPPUL, 1996). Nota-se no discurso oficial certa escamoteação do caráter conflituoso representado pelas favelas, embora o objetivo a ser atingido pelo poder público acaba sendo revelado, a erradicação.

Surge, então, a construção dos primeiros conjuntos habitacionais de Londrina, sendo inicialmente pela COHAPAR e depois predominantemente pela COHAB-LD, porém, distantes do centro da cidade. Castelnou (2002) coloca que a ocupação da Região Norte de Londrina durou até o momento em que se compensava, espalhando-se, depois, por todo o espaço urbano. A distância em relação ao centro gerou especulação imobiliária. A cidade ficou caracterizada nesta década pelo crescimento desordenado.

A população que chegava a Londrina acabou sendo, em alguns casos, levada pelo Estado a conjuntos habitacionais que foram construídos como parte do processo de

desfavelização, adotado pela COHAB-LD em sua primeira fase; no entanto, não foram suficientes em decorrência da demanda crescente dessa população. A seguir, para ter acesso a uma casa de um conjunto habitacional, deveria ser comprovada renda de três salários mínimos, sendo esta medida totalmente excludente.

Alves (1991) destaca que os conjuntos habitacionais se inserem, num primeiro momento, durante a década de 1970, numa política de erradicação das favelas na cidade de Londrina, bem como de amenização do problema habitacional de grande parcela da população carente. Nessa década, já se espalha o número de favelas em toda a cidade – no total mais de dezessete – e, nesse momento, segundo IPPUL (1996), a sua formação era composta por população rural e urbana do próprio município, ou seja, havia uma migração intraurbana.

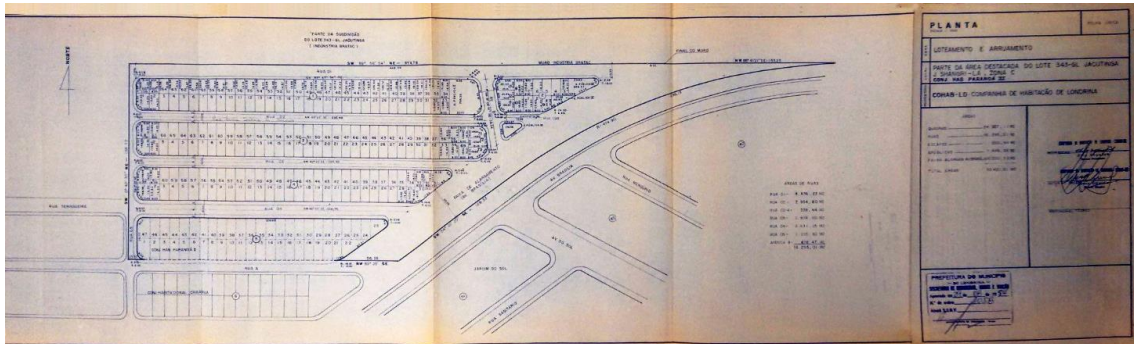
De acordo com o IPPUL (1996), com base em dados fornecidos pela COHAB-LD e outros setores, havia no ano de 1972 na favela da Caixa Econômica o total de 208 barracos com 1.229 moradores e este número chegou a 705 barracos com 3.425 ocupantes, segundo o Diagnóstico Preliminar das Favelas de Londrina (1977). Como a área pertencia à instituição financeira da Caixa Econômica Federal houve a polêmica quanto à reintegração de posse, conforme o enunciado pela Folha de Londrina (FAVELA, 1969).

Após negociações, Gavetti (1998, p. 48) menciona que a Prefeitura fez uma proposta de desapropriação do imóvel “em caráter amigável com valor simbólico” e no dia 7 de outubro de 1969 “consolidou-se a operação, e o terreno da Caixa, por ser de interesse social-habitacional, foi entregue à COHAB-LD”. Entretanto, no processo de permanência e regularização fundiária, no documento do IPPUL (1996, p. 61) consta que “uma parte dos moradores aceitou participar do sistema financeiro, adquirindo a casa de alvenaria e assumindo as prestações” no que seria denominado Conjunto Habitacional Paranoá II, entregue em 1983 com o título de propriedade em 1989, no que foi denominado posteriormente de Jardim Nossa Senhora da Paz. A Figura 3 mostra a planta do Conjunto Habitacional, aprovada na Prefeitura do Município de Londrina.

Os demais moradores que não aderiram ao sistema financeiro foram remanejados para um espaço abaixo do conjunto habitacional e passaram a constituir a Favela Colosso, parcialmente locada em área particular da indústria Bratac Fiação de Seda, com acesso pela Rua Seringueira e presente como informal/irregular até os dias de hoje. De acordo com a Revista Perfil do Município (LONDRINA, 2022), a Favela Colosso tem sido

considerada uma ocupação informal desde 1975 e atualmente possui 46 famílias e 151 ocupantes. A Figura 4 mostra o Jardim Nossa Senhora da Paz e a ocupação Colosso na atualidade.

**Figura 3** - Planta do Conjunto Habitacional Paranoá/ Jd. Nossa Senhora da Paz, 1984



Fonte: Prefeitura do Município de Londrina (PML)

**Figura 4** - Jardim Nossa Senhora da Paz e ocupação Colosso em Londrina



Fonte: Google Earth (2023). Dados editados pelas autoras.

## Metodologia

Os vínculos que as sociedades possuem com seus territórios são resultado de uma história. Quando se faz parte de um determinado agrupamento humano, ao mesmo tempo se vivencia as relações com o espaço ocupado por esse grupo. Permanecer numa determinada área de modo continuado e repetido e compreender uma história da qual se participa, constrói uma experiência que liga o indivíduo ao grupo e a seu respectivo espaço de convivência e uso. Significa que as pessoas possuem sentimento de pertencimento, uma crença entre os sujeitos de origem comum, que faz sentido intervir na sociedade e no território do qual faz parte. (HEIDRICH, 2010, p.8).

Segundo Telles e Cabanes (2006), atualmente sabe-se mais sobre as características da pobreza urbana, o modo como essa se distribui nos espaços das cidades e as variáveis que compõem as situações de vulnerabilidade social e exclusão territorial. Mas, para eles, sabe-se pouco sobre as dinâmicas, processos e práticas sociais que operam nesse cenário.

Sabemos mais e melhor sobre a escala dos problemas sociais e os pontos críticos espalhados pela cidade e seus territórios. Mas não sabemos discernir as linhas de força que atravessam essas realidades. (TELLES; CABANES, 2006, p. 62)

Para Koga (2023), assim se localiza o imbricar dos caminhos da pesquisa, enquanto processo de construção do conhecimento, a partir das dinâmicas, processos e práticas sociais operantes nesse cenário tão modificado das cidades, e que demandam ser decifradas.

Como aproximação das questões ligadas à segregação e à desigualdade socioespacial, os procedimentos metodológicos para esse estudo estão pautados na revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa-ação, buscando os relatos de moradores, através da técnica grupo focal, que será realizado na próxima etapa desta pesquisa. O uso do grupo focal para coleta de dados, a partir de um roteiro padrão com eixos, permite a compreensão das diferenças existentes em ideias, sentimentos, representações, valores e comportamentos das pessoas, como no processo de territorialização permeado por distintos grupos conflitantes e disputa de poder. Tais práticas mostram a necessidade de pesquisas que possam unir os saberes populares com o cientificismo acadêmico. Para Severino (2007, p. 120) a pesquisa ação “é aquela que, além de compreender, visa intervir na situação, com vistas a modificá-la”. A proposta é que as mudanças levem a um “aprimoramento das práticas analisadas”.

## Primeiros resultados

Em visita de campo à localidade pelos pesquisadores no primeiro semestre de 2023, foi relatado que o sentimento de periferia e segregação permanece mesmo após mais de 60 anos, quando do início da ocupação da Caixa Econômica. Embora os dados referentes à desigualdade tenham se reduzido ao longo de décadas, os moradores ainda se sentem segregados em razão de a localidade não ser atendida minimamente por itens básicos. Faltam linhas de ônibus; as distâncias dos equipamentos comunitários em outro bairro levam os moradores a atravessar uma rodovia, o que mostra a privação de acesso aos direitos à cidade; além do estigma que carregam pela popularidade do nome “favela da Bratac”, o que gera dificuldades na procura por postos de trabalho.

Isso se confirma em relatos de atividades realizadas pelo projeto social *Vozes da Comunidade* do Coletivo *Ciranda da Paz* do Jardim Nossa Senhora da Paz, o que tem mostrado envolvimento com seus moradores e demais localidades com diversas ações culturais e sociais, dentre estas a realização de entrevistas através de relatos de vida em *Podcasts*, com patrocínio do Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Londrina (PROMIC). De acordo com o Coletivo, o objetivo do projeto é “narrar a história da Favela da Bratac e outras periferias da cidade de Londrina, através das vivências não contadas de seus protagonistas, os moradores dos bairros” (CIRANDA DA PAZ, 2023). A Figura 5 ilustra as ações do Coletivo Ciranda da Paz.

Tendo em vista que a desigualdade social não é natural, não é divina, sendo resultante do acúmulo de riquezas que gera a pobreza, a senhora Rosa do Café, moradora do bairro e entrevistada pela equipe do Ciranda da Paz, traz uma fala importante: “a casa não fala, as árvores não falam, então o que é julgado? As pessoas que são negras e pobres”. Segundo a moradora, mais de 80% dos moradores da comunidade é negra ou descendente e é de baixa renda.

A fala da moradora é plena de sentidos e reforça a afirmação de Santos (2000) quando diz que a população de baixa renda que são as mais frágeis se encontram submetidas a processos de exclusão tão severos, em alguns casos submetidos às más condições de vida que remontam aos piores momentos da história.

**Figura 5** - Projeto Social *Vozes da Comunidade* do Jardim Nossa Senhora da Paz



**Fonte:** Ciranda da Paz (2023)

Essa população, na sua maioria, reside em áreas remotas e isoladas, sem acesso a serviços básicos adequados, e esquecidos pela sociedade. Souza (2017) reforça que no Brasil há uma espécie de abandono em relação à população de baixa renda, especialmente aquelas que vivem nas áreas rurais e nas periferias urbanas, não tendo acesso aos bens e serviços básicos, como saúde, educação e previdência social, o que as mantém em condições precárias e de exclusão social.

Para Davis (2016), a idade, assim como raça, gênero e classe, é fator crucial na formação de nossas identidades e na experiência de opressão e marginalização. Completa a autora que a negritude idosa, ainda enfrenta uma série de desafios, que incluem a falta de acesso a serviços básicos.

Carlos (2003) assegura que o ato de habitar está na base da construção do sentido da vida, ressalta que a casa está nos modos de apropriação dos lugares da cidade, a partir dessa. A autora destaca que o ato de habitar produz a “pequena história” aquela construída nos lugares comuns, por sujeitos comuns na vida cotidiana.

Assim, desvendar esse território, redundando em estudos, pesquisas e cadastros, em busca de se falar “sobre” esse espaço e não necessariamente “a partir” dele e dos(as) sujeitos(as) que ali vivem, os quais vivenciam práticas cotidianas,

“experiências sociais que produzem e reproduzem conhecimentos” se faz necessário e urgente (SANTOS; MENESES, 2014).

Para tal, o trabalho em parceria com a comunidade é uma oportunidade para ampliar as possibilidades de diálogos e de troca de experiências para auxiliar no empoderamento dos moradores e de aprendizado para a academia.

### **Considerações Finais**

O início do processo de urbanização em Londrina foi marcado por desafios relacionados ao crescimento desordenado, à falta de planejamento urbano, o que levou à rápida expansão da cidade, resultando em problemas como a falta de infraestrutura, favelas, ocupação irregular de áreas, congestionamento de tráfego e desigualdade socioespacial. Os desafios identificados nesse contexto são multifacetados, além da falta de informações e de recursos financeiros limitados, há restrições impostas pelas políticas habitacionais que dificultam o acesso à terra e perpetuam a exclusão social. A precariedade das vias de acesso e a ausência de infraestrutura básica, como água, energia elétrica, saneamento básico, a falta de assistência técnica na construção das moradias, representam obstáculos significativos e comprometem a qualidade das edificações e a segurança dos moradores. A moradia é um direito humano fundamental que afeta diversas esferas da vida das pessoas, incluindo sua saúde, educação, emprego e qualidade de vida.

A mídia, quando se refere a essa população ocupante menciona a palavra “invasores”, produzindo o sentido da hostilidade da força e do ponto de vista da ordem jurídico capitalista, o qual, reproduz o sentido de ilegalidade e deixa de utilizar a expressão o sujeito da ocupação, isto é um cidadão, que estando à margem da sociedade e não tendo cidadania plena ao ocupar, exerce o direito a ter direito. Ocupar, pelo seu efeito de sentido, além de disputar com o sentido de “invadir”, e por isso vai se defrontar com o sentido de “propriedade privada”, também inscrito na Constituição. Ocupar, longe de significar apenas preenchimento de espaço ou de lugar vazio, já está inscrito historicamente na ordem do gestor; assim, pode significar: instalar-se em algum lugar sem autorização, submeter um espaço ao seu domínio. Já “invadir” significa, também, entre outros sentidos, adentrar em espaço e ocupá-lo, apoderar-se, tomar, conquistar um espaço de forma abusiva ou maciça, usurpar, tomar posse.

Possenti (2004) diz que na constituição dos sentidos entre “ocupar” e “invadir” há toda uma discursividade exercendo pressão do real e da história, para que este ou aquele efeito de sentido se fixe no sujeito, como um rótulo, como uma forma de marcar o já marcado. Ela corresponde às posições que os sujeitos ocupam no discurso, indica em qual ideologia essas posições estão inscritas e quais as condições históricas de enunciação que constituem o complexo discursivo.

Comprovadas essas marcas no sujeito, por várias vezes e diferentes gestores, afirmam que esses não serão atendidos pela política habitacional, está se referindo a esses sujeitos como transgressores e, portanto, serão punidos e não atendidos. Esses sujeitos são impedidos de se inscrever no cadastro de demandas da COHAB-LD, pois não apresentam comprovante de residência, estando assim impedidos de terem acesso a uma unidade habitacional. As ocupações no meio urbano caracterizam-se pela ilegalidade, essa é uma formação ideológica dominante e jurídica nominada pelas leis que giram em torno do sistema capitalista, essa situação é retratada na ocupação Colosso que resiste nesse território a permanência por décadas e não tem sido atendida.

Os dados atuais retratam a realidade da demanda e produção habitacional no município de Londrina, apontando a lista de inscritos à procura de uma moradia no município de Londrina. Essa lista cresceu vertiginosamente, passando de 22 mil inscritos no ano de 2000 para 57.112 em 2021 (LONDRINA, 2022). A habitação social permaneceu relegada por anos na agenda das políticas sociais, enquanto isso os problemas habitacionais se agravam. Essa é a situação do município, ocupações informais, assentamentos, formas que têm se intensificado nos últimos anos.

Por fim, a proposta de trabalho junto à comunidade pretende construir uma consciência de classe, social e política a partir da destituição da subordinação, como aquela criada por séculos pela colonialidade do ser, poder e saber (MALDONADO-TORRES, 2018) das nações europeias e posteriormente EUA. Consideramos que o trabalho na comunidade está em desenvolvimento, tendo uma aproximação inicial que deve ser ampliada e aprofundada com todos os envolvidos a partir da pesquisa-ação. As questões pertinentes à segregação socioespacial se fazem necessárias, tendo em vista que mesmo após décadas, os moradores ainda possam carregar o estigma de não se sentirem no pleno direito à cidade.



## Agradecimentos

Estimamos agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação e ao Coletivo Ciranda da Paz de Londrina/PR pela contribuição neste primeiro momento da pesquisa.

## Referências

ALVES, C. **Dinâmica espacial de produção e reprodução da força de trabalho em Londrina** – os conjuntos habitacionais. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia da FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

ARCHELA, R. S. et. al. Expansão Urbana de Londrina. **Atlas Ambiental da Cidade de Londrina**, Londrina, 2008. Disponível em:  
<http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/EXPANSAO/EXPANSAO.htm>.  
Acesso em: 10 ago. 2023.

CARLOS, A. F. A. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 179-187, 2003.  
DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2003.123804>

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a Cidade**. 2. ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTELNOU, A. **Arquitetura londrinense: expressões de intenção pioneira**. Londrina: A. Castelnou, 2002.

CICHOSKI, P. **A interdisciplinaridade na pesquisa e na ação participativa: contribuições de Orlando Fals Borda**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.  
CIRANDA DA PAZ. Coletivo. **Podcasts Vozes da Comunidade**. 2022-2023.  
Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCDbPtVPKmA61pflBeUYWvkw>.  
Acesso em: 22 abr. 2023.

COHAB-LD - Companhia de Habitação de Londrina. **Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)**. Londrina, 2011.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, F. **Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FAVELA está ameaçada: 400 famílias podem ser despejadas hoje ou amanhã. **Folha de Londrina**, Londrina, p. 3, 10 jul. 1969.

FRESCA, T. M. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. **Revista Geografia**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 241-264, jul./dez. 2002.

GAVETTI, N. **A dignidade política administrativa: por que tem que ser assim?** Londrina: Cotação, 1998.

HEIDRICH, Á. L. A abordagem territorial e a noção de representação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS “CRISE, PRÁXIS E AUTONOMIA: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE ESPERANÇAS”, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: AGB, 2010 [s. n.].

IPPUL - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina. **Habitação de baixa renda no âmbito municipal: habitação e políticas públicas em cidades médias – o caso de Londrina.** Londrina: IPPUL, 1996.

KOGA, D. Territórios de vivência entre chegadas e partidas. *In*: DAL BELLO, M. G.; GODOI, S.; BERNARDINO, V. M. P. (org.) **Território e gestão de políticas públicas: contribuições ao debate.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

LEFEBVRE, H. **A Re-produção das relações de produção.** Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LONDRINA. Prefeitura do Município. **Perfil de Londrina: Ano 2022 (ano base 2021).** Londrina: Prefeitura de Londrina, n. 47, dez. 2022.

MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e colonialidade. Dossiê: Decolonialidade e Perspectiva Negra. **Soc. estado.** 31 (1), jan-abr. 2016.  
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100005>

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos.** São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, B. de S; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, J. J. F. de. **A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, M. L. de. **A prisão e a Ágora.** Reflexões em torno da Democratização de Planejamento e da Gestão das Cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

TELLES, V. da S.; CABANES, R. **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

ZANON, E. R. Prática do acaso ou política clientelista? permanência às avessas no Jardim Nossa Senhora da Paz em Londrina-PR. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 4., 2022, Londrina/PR. **Livro eletrônico** [V Seminário Nacional de Territórios e Gestão de Políticas Sociais: IV Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental] Londrina/PR: UEL, 2022, p.1-11.

Recebido em 21/08/2023.

Aceito para publicação em 13/09/2023.